

10

Curso ..... C-PEM/96 .....

Partido ..... - .....

Solução do ..... P-III-7 (Mo) .....

Apresentada por

.....  
EDUARDO MONTEIRO LOPES

.....  
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

.....  
NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19<sup>96</sup>.....

- A ESTRATÉGIA NAVAL EM EVOLUÇÃO - NOVOS RUMOS E  
PERSPECTIVAS -

EDUARDO MONTEIRO LOPES

Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1996

MM - EGN  
BIBLIOTECA  
JE/03/1997  
N° 4.538

GN-00011795-7

DC-71003  
EX-85170

LOPES, Eduardo Monteiro, 1949 -

A estratégia naval em evolução - novos rumos e perspectivas / Eduardo Monteiro Lopes. - Rio de Janeiro : EGN, 1996.

v, 55f.

Bibliografia : f. A-1

Monografia : C-PEM, 1996.

1. Marinha - Estratégia. 2. Poder Naval.

I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II Título

#### EXTRATO

A evolução da estratégia naval é estudada desde o século passado até os dias atuais. Esse estudo é feito dentro de um enfoque histórico, de modo que se possa abordar os fatores que determinaram, ou pelo menos condicionaram as posturas estratégicas das principais potências navais da época considerada: Inglaterra e Estados Unidos da América.

As tarefas inerentes ao poder naval são também apresentadas dentro de um contexto histórico e servem para caracterizar a utilização das forças navais pelos atores do cenário mundial.

Baseado nas idéias de Mahan e em sucinta análise da situação atual do Brasil, o presente trabalho procura estabelecer as dificuldades para que o nosso país desenvolva um poder naval consentâneo com a sua postura de potência regional no Atlântico Sul e aspirações de maior inserção no cenário internacional.

Conclui pela inadequabilidade do atual poder naval brasileiro para a execução das principais operações, ditas pela moderna estratégia naval.

TEMA: A ESTRATÉGIA NAVAL EM EVOLUÇÃO - NOVOS RUMOS E  
PERSPECTIVAS

- PONTOS A ABORDAR :
- As estratégias navais dominantes nos séculos XIX e XX: interação de conceitos, meios e objetivos;
  - Os conceitos atuais e seu relacionamento com as demais estratégias;
  - A guerra no mar e a guerra a partir do mar: a aplicação dos conceitos de Guerra de Manobra, Guerra no Litoral e o emprego de Forças Expedicionárias Navais no contexto de uma estratégia naval - validade e aplicabilidade para a realidade brasileira.

PROPOSIÇÃO: Estudar a Estratégia Naval, através da análise das concepções estratégicas da Inglaterra no século XIX e dos Estados Unidos no século XX. Verificar a nova concepção do emprego do poder naval norte-americano, surgida após o fim da Guerra Fria, notadamente as idéias de "guerra no mar" e "guerra a partir do mar", estabelecendo seus reflexos sobre

a Estratégia Naval do Brasil. Dentro do quadro assim definido, verificar a validade e a adequabilidade, à realidade brasileira, dos princípios de Guerra de Manobra, Guerra de Litoral e o emprego de Forças Expedicionárias Navais

	FOLHA
Introdução.....	IV
CAPÍTULO 1 - A ESTRATÉGIA NAVAL DA INGLATERRA	
NO SÉCULO XX.....	1
- SEÇÃO I - FATORES CONDICIONANTES.....	1
- SEÇÃO II - PERÍODO DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS.....	3
- SEÇÃO III - O PODER NAVAL INGLÊS NO PERÍODO DE 1815 A 1859.....	4
- SEÇÃO IV - O FINAL DO SÉCULO XIX.....	7
CAPÍTULO 2 - A ESTRATÉGIA NAVAL NORTE-AMERICANA	
NO SÉCULO XX.....	11
- SEÇÃO I - AS IDÉIAS DE MAHAN.....	11
- SEÇÃO II - O INÍCIO DO SÉCULO XX E A PRIMEIRA GRANDE GUERRA.....	15
- SEÇÃO III - A SEGUNDA GRANDE GUERRA.....	23
A Guerra no Atlântico.....	28
A Guerra no Pacífico.....	31
Considerações finais.....	36
- SEÇÃO IV - A GUERRA FRIA E OS DIAS ATUAIS.....	39
Força Expedicionária Naval.....	46
Form the sea.....	47
Foward...form the sea.....	47
Guerra de Manobra.....	47
CAPÍTULO 3 - CONCLUSÃO - UMA ABORDAGEM BRASILEIRA.....	
- SEÇÃO I - A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	49
- SEÇÃO II - O CENÁRIO BRASILEIRO.....	51
- SEÇÃO III - A GUERRA A PARTIR DO MAR, DENTRO DA REALIDADE BRASILEIRA.....	54

## INTRODUÇÃO

Várias são as maneiras de estudarmos a estratégia naval e sua evolução. Entretanto, se nós conduzirmos o estudo dentro de um enfoque histórico, é possível examinarmos os fatos que levaram a uma determinada postura dos diversos agentes do cenário mundial.

Ao escolhermos esse caminho, tivemos o cuidado de não transformar o presente trabalho em um mero estudo da história. Essa é usada aqui apenas como meio de relacionar fatos, necessidades políticas e objetivos nacionais ao uso do poder naval. Por esse motivo, procuramos reduzir a profundidade do estudo, de modo a retirarmos apenas os dados considerados importantes.

Dentro dessa idéia, nos pareceu interessante conduzir o trabalho estudando a evolução dos poderes navais da Inglaterra no século passado e dos Estados Unidos da América (EUA) no século atual. Essa escolha se justifica por serem os países citados aqueles que efetivamente dominaram o cenário internacional no período considerado.

Ao estudarmos a estratégia naval da Inglaterra, procuramos estabelecer as motivações que levaram os ingleses a se voltarem para o mar. Respeitando os condicionantes históricos apresentados, mostramos a evolução do poder naval do país e a influência da tecnologia no emprego das forças navais.

O estudo da estratégia naval norte-americana começa por apresentar as idéias que serviram de base aos estudos de Mahan: os elementos essenciais do poder naval. A idéia, mais uma vez, é mostrar a influência do cenário mundial e das condições internas do país sobre a vontade de desen-

volver o poder naval.

Fatos importantes, acontecidos no século XX, são comentados, de forma a embasar o estudo da estratégia naval. Assim, merecem atenção as duas Grandes Guerras, o período bipolar da Guerra Fria e a utilização, visualizada pelos estrategistas norte-americanos, do poder naval, dentro da unipolaridade atual. Passamos, então, a comentar as idéias de Força Expedicionária Naval, Guerra a partir do Mar, Guerra de Manobra e Guerra de Litoral.

Como conclusão, o trabalho procura demonstrar que, embora a evolução tecnológica tenha alterado a forma de emprego das forças, as tarefas inerentes ao poder naval não se modificaram. Ao relacionarmos o poder naval do Brasil à moderna estratégia, respeitados os condicionantes do quadro atual, concluimos pela inadequabilidade dos nossos meios à nossa posição no cenário internacional.

## CAPÍTULO 1

## A ESTRATÉGIA NAVAL DA INGLATERRA NO SÉCULO XIX

## SEÇÃO I - FATORES CONDICIONANTES

A estratégia naval de qualquer país está sempre ligada aos objetivos e necessidades específicas da nação. Isto é válido para qualquer estudo que venhamos realizar. Por esse motivo, ao iniciarmos o estudo da estratégia naval da Inglaterra, é útil que nos lembremos que alguns aspectos específicos de natureza econômica, histórica, geográfica ou política determinaram (ou pelo menos condicionaram) os fatos que passaremos a narrar.

Em primeiro lugar devemos observar a importância do mar para um país insular como a Inglaterra. O primeiro sinal de que os ingleses reconheciam essa importância foi dado em 1651 com a edição dos "Atos de Navegação". Através desse documento, e pela primeira vez na sua história, a Inglaterra reservava para seus navios as atividades marítimas. O ato de 1651 exigia que todos os produtos provenientes da América, Ásia e África só fossem importados pela Inglaterra se transportados por navios predominante tripulados por cidadãos ingleses. Os produtos provenientes do continente europeu podiam ser transportados por navios ingleses ou do país exportador. Em 1660 novo decreto governamental regulamentou, de forma bastante restritiva e dentro dos padrões mercantilistas então em voga, o comércio entre as colônias e destas com a metrópole. A partir de então, somente navios construídos na Inglaterra, armados por ingleses e guarnecidos por, no

mínimo, setenta e cinco por cento de tripulantes ingleses poderiam dedicar-se ao comércio dentro do Império Britânico.

Ao longo da história, a Inglaterra tornou-se cada vez mais dependente do mar. O modelo de desenvolvimento industrial, estabelecido a partir do final do século XVIII, início do século XIX, exigia um ativo comércio para escoar a produção e também para o recebimento da matéria prima indispensável ao nascente parque fabril. Desde o momento em que a sociedade inglesa evoluiu de uma estrutura agrícola para um perfil industrial, a dependência do comércio aumentou de forma dramática porque até parte ponderável das necessidades de alimentos passou a ser importada.<sup>1</sup>

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento industrial exigiu a conquista e posterior manutenção de um vasto império ultramarino. Além disso, os inimigos (ou potenciais inimigos da Inglaterra) eram as nações européias e, dentro desse quadro, o poder naval era indispensável para defender as Ilhas Britânicas e *projetar poder sobre o continente*.

Dessa forma, esperamos ter deixado claro que a Inglaterra voltou-se para o mar dentro de um quadro extremamente peculiar. Ao seu poder naval coube, além de proteger o solo pátrio, conquistar e manter o império de modo a

---

<sup>1</sup>. No período de 1871 a 1891, o crescimento populacional da Inglaterra foi de vinte e cinco por cento mas a produção de alimentos não aumentou. Como resultado, houve um aumento de cerca de oitenta e oito por cento na importação de alimentos (7:85).

garantir não apenas o desenvolvimento do país mas a própria sobrevivência da nação.

Feitas essas observações iniciais, passaremos ao exame da estratégia naval da Inglaterra no século XIX. Isso será conduzido considerando quatro fases distintas a saber:

a) o período das guerras napoleônicas que se estende até 1815;

b) um período de "calmaria" que vai de 1815 a 1859;

c) um período de postura defensiva do poder naval britânico, de 1859 até meados dos anos 80; e

d) o período que abrange o final do século XIX.

## SEÇÃO II - O PERÍODO DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS

Nesse período a Inglaterra utilizou o seu poder naval basicamente para *negar o mar ao inimigo*, apoiar as tropas amigas em terra (notadamente dos seus aliados) e, eventualmente, *projetar poder sobre terra*.

O domínio do mar foi conseguido, a partir das vitórias de Nelson sobre a esquadra francesa. Para garantir que o inimigo não usaria o mar, os ingleses estabeleceram um rigoroso *bloqueio*, confinando os franceses e seus aliados nos portos e impedindo o abastecimento das tropas hostis pelo mar. Dentro da estratégia naval britânica, portanto, o domínio do mar foi atingido através de *batalhas decisivas* (vencidas por Nelson) e mantido através do bloqueio (3:169 e 3:185). Esse domínio, além de garantir a segurança das Ilhas Britânicas e manutenção do comércio, também impedia que o inimigo empreendesse ações contra as

colônias inglesas. É importante ressaltar que essa postura estratégica era a única que podia ser implementada por uma nação com um exército fraco mas com um grande poder naval como a Inglaterra. É ainda interessante notar que, do ponto de vista inglês, as campanhas napoleônicas foram *conflitos limitados*.<sup>1</sup>

### SEÇÃO III - O PODER NAVAL INGLÊS NO PERÍODO DE 1815 A 1859

Terminada a guerra contra a França de Napoleão, houve um natural retraimento do poder naval da Inglaterra. Na verdade, não havia nação que pudesse desafiar os ingleses no mar. Tal fato garantia a manutenção do comércio, indispensável ao progresso e à conservação das colônias. Por outro lado, a opinião pública não tinha razões para temer qualquer tipo de ação contra o território nacional. Dessa forma, senhora dos mares, gozando de grande progresso material, baseado no seu império colonial e no seu crescente parque industrial, a Inglaterra reduziu o desenvolvimento da sua marinha de guerra. Por esse motivo, o período aqui estudado não traz novas idéias ou novas iniciativas no campo da estratégia naval.

Somente ao final dessa fase dois fatos fizeram os ingleses olharem para o mar com preocupação: o fato do comércio marítimo da Inglaterra ter atingido níveis muito altos, capazes de tornar claro, mesmo para o homem comum, a extrema dependência da Inglaterra do mercado mundial; e o ambicioso plano de reaparelhamento naval da França, iniciado por Napoleão III por volta de 1857.

---

<sup>1</sup> Estamos aqui considerando as campanhas napoleônicas como "conflitos limitados pelo contingente".

Uma intensa campanha alarmista começou a ser veiculada por jornais ingleses mostrando que a interrupção do comércio exterior levaria não apenas à degradação do padrão de vida já alcançado, mas traria a elevação insuportável dos preços dos alimentos, ao desabastecimento e, conseqüentemente, à fome. Foi a chamada "*starvation theory*" (7:85). Por outro lado, o rearmamento da França, eterno inimigo, perturbaria o equilíbrio de forças na Europa que era extremamente favorável aos interesses ingleses.

Como resultado, inicia-se, ainda que timidamente, em 1859 um esforço visando aumentar o poder naval. É o que veremos a seguir.

#### SEÇÃO IV - O PERÍODO DA ESTRATÉGIA DEFENSIVA

Dois fatos caracterizam esse período. Pela primeira vez, um plano de reaparelhamento inglês (embora modesto) incorporava os desenvolvimentos tecnológicos resultantes da revolução industrial. Desse modo, propulsão a vapor em larga escala, navios com blindagens de ferro (embora ainda com parte da estrutura em madeira) e canhões carregados pela culatra foram algumas das modificações introduzidas, de forma intensiva, nos meios postos a disposição da marinha. É claro que estas inovações trouxeram profundas mudanças na forma de utilizar o poder naval.

O segundo fato a caracterizar o período de 1859 ao final dos anos 80 foi a *estratégia naval tipicamente defensiva* que passou a ser utilizada pela Inglaterra. Datam dessa época as grandes fortalezas costeiras inglesas e o reforço do seu exército, a quem tocava a efetiva

defesa do solo inglês. Caberia ao poder naval, em caso de conflito, a defesa das águas do Canal da Mancha, a garantia do tráfego marítimo e o apoio às ações defensivas do exército na metrópole e nas colônias. O *bloqueio* e a *batalha decisiva* como formas de obter e manter o *domínio do mar* e que sempre nortearam a postura britânica deixaram de ser considerados. Tal fato, pelo menos no que tange ao *bloqueio*, baseava-se nas dificuldades, alegadas por vários especialistas, em manter uma força naval por longo espaço de tempo no mar, efetuando um bloqueio a unidades inimigas. A utilização da propulsão a vapor, se por um lado aumentava a velocidade, por outro lado deixava as forças navais extremamente dependentes de apoio logístico. Além disso, a força bloqueada não mais dependia de ventos, correntes e marés para se fazer ao mar, podendo fazê-lo a qualquer hora, aumentando a dificuldade da ação. Argumentavam ainda os defensores da ação defensiva que, embora a nova couraça dos navios de guerra aumentasse sua proteção, eles não podiam enfrentar as baterias de terra, essas também modernizadas pelos canhões carregados pela culatra. Em resumo, as novas técnicas introduzidas nos armamentos e nos navios, dificultavam o emprego do poder naval longe das suas bases por exigirem um apoio logístico maior e aumentavam a importância das grandes fortalezas costeiras para defesa do território. É preciso notar que a *estratégia defensiva* preconizada não previa sequer ações ofensivas de envergadura.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> É possível adotar uma estratégia defensiva mas com algumas ações ofensivas.

Somente o aparecimento de uma grave ameaça alterou o pensamento estratégico inglês da época. Isto será visto na seção seguinte.

#### SEÇÃO V - O FINAL DO SÉCULO XIX

Ao final do século XIX, um grupo de oficiais franceses, liderados pelo Almirante Aube, começou a desenvolver várias idéias sobre o emprego do poder naval que teriam forte impacto sobre a Inglaterra. Tratava-se da "jeune école". Essa estratégia, em linhas resumidas, advogava o ataque às linhas de comércio do inimigo, a utilização de rápidos e pequenos navios, atuando basicamente nas proximidades das costas. O ataque a navios mercantes, quando navegando em alto mar, poderia ainda ser realizado por modernos (para a época) cruzadores ligeiros, realizando a denominada "guerra do corso". Podemos observar que as novas idéias francesas alteravam profundamente a maneira de emprego do poder naval. Com efeito, não se falava em "domínio do mar" e, como consequência, também não se atribuía grande importância à *batalha decisiva*. A mobilidade e a proximidade das linhas de comércio do inimigo tinham agora enorme relevância.

Uma rápida consulta ao mapa da Europa evidencia que, atuando a partir de bases francesas no Canal da Mancha, uma força naval, com as características imaginada por Aube e seus seguidores, poderia trazer enormes riscos ao comércio marítimo inglês. A dependência da Inglaterra do seu tráfego marítimo era uma *vulnerabilidade* que os estrategistas da "jeune école" buscavam explorar.

As primeiras reações dos ingleses às novas idéias

francesas estavam de acordo com a mentalidade defensiva que predominava. Três medidas foram imaginadas: a dispersão da esquadra britânica, de modo a proteger os pontos focais do seu comércio marítimo; a utilização de comboios; e o uso de navios de terceira bandeira no transporte das mercadorias. No entanto, como logo concluiu o Almirantado britânico, essas medidas não eram realmente efetivas. A dispersão enfraquecia tremendamente a esquadra, impedindo a rápida concentração de meios, prejudicava o apoio a forças terrestres e impedia o apoio mútuo. A utilização de comboios seria uma medida de difícil implementação para a época porque boa parte dos navios mercantes ainda era movida a vela.<sup>1</sup> Finalmente, a utilização de navios de terceira bandeira, além de significar duro golpe à marinha mercante inglesa, não garantia a segurança dos bens transportados pois não havia segurança de que o inimigo respeitaria navios neutros.

Assim sendo, o Almirantado britânico concluiu que a melhor maneira de enfrentar as idéias de Aube seria ainda alcançar e manter o *domínio do mar*, idéia que sempre fora o centro da estratégia naval da Inglaterra. Para testar as velhas idéias com os novos meios disponíveis, os britânicos realizaram em 1888 (7:112) uma grande manobra naval ao longo das suas costas e chegaram a interessantes conclusões. Era ainda possível executar um *bloqueio* a uma força naval, não nos moldes anteriores, mas mantendo a vigilân-

---

<sup>1</sup> O comboio exige uma certa uniformidade de velocidades, impossível de ser obtida quando o corpo principal é composto de navios a vela e outros a vapor. Além disso, utilização da vela pode vir a impor rumos à força naval incompatíveis com a situação tática do momento.

cia sobre o inimigo com navios rápidos e que pudessem, frente a uma tentativa de fuga do bloqueado, acompanhar a força naval hostil, sinalizando a sua posição para os grandes navios da esquadra que seriam mantidos mais afastados da costa (ou mesmo em suas bases), livres dos ataques dos torpedeiros, mas prontos para serem empregados. Dessa forma, com as adaptações impostas pelos meios da época, os ingleses voltavam a preconizar o *bloqueio* e a *batalha decisiva* como forma de conseguir e manter o *domínio do mar* que, por sua vez, tornava a ser encarado como a melhor forma de ataque ou defesa.

No entanto, algumas idéias claramente defensivas, ainda fruto do período anterior, foram contempladas pelos britânicos: embora sem chegar ao extremo de dispersar o núcleo da sua esquadra, os britânicos decidiram estacionar algumas unidades navais em pontos focais, de modo a dar proteção aproximada ao tráfego mercante contra ataques corsários. Surgiu ainda a idéia do controle naval do tráfego marítimo com constante monitoramento dos navios mercantes, através do telégrafo sem fio que começava a ser utilizado. A utilização de retransmissão de mensagens por navios previamente posicionados contribuía para reduzir a deficiência dos meios de comunicações da época. A colocação de armamento em navios mercantes (principalmente nos mais velozes) foi também adotada.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O programa de colocação de armamento em navios mercantes era subsidiado pelo governo inglês. Esse programa só foi desativado em 1902 (7:103), quando os ingleses já estavam muito mais preocupados com o reaparelhamento naval alemão do que com as idéias da "jeune école" .

A nova estratégia naval britânica, privilegiava os grandes navios de linha - os encouraçados - e os rápidos cruzadores. Os primeiros seriam utilizados em casos de grandes combates navais. Já os cruzadores deviam apoiar o tráfego marítimo e efetuar o acompanhamento de unidades inimigas. Esses tipos de navios passaram a constituir o núcleo da esquadra inglesa.

Assim, o fim do século XIX encontrou a Inglaterra ainda senhora dos mares, com sua frota modernizada, decidida a atuar dentro de uma estratégia geral de conquista e manutenção do domínio do mar, através da *batalha decisiva* e do *bloqueio*. Se nos reportarmos ao início do estudo da estratégia naval britânica, veremos que era exatamente essa a postura durante o período das guerras napoleônicas, anteriormente estudado.

## CAPÍTULO 2

## A ESTRATÉGIA NAVAL NORTE-AMERICANA NO SÉCULO XX

A estratégia naval dos EUA no século XX será apresentada considerando:

- a) as idéias de Mahan;
- b) o início do século XX e a Primeira Grande Guerra;
- c) a Segunda Grande Guerra; e
- d) a Guerra Fria e os dias atuais

## SEÇÃO I - AS IDÉIAS DE MAHAN

Talvez o maior mérito de Mahan tenha sido mostrar, de forma didática e ordenada, a importância do mar para a segurança, prosperidade e desenvolvimento das nações. Embora seus estudos tenham tomado a Inglaterra como referência, muitos dos princípios por ele desenvolvidos puderam ser (e efetivamente o foram) aproveitados pelos estrategistas de vários países.

Foge ao escopo desse trabalho realizar um exame profundo das teorias de Mahan. No entanto, temos que considerar algumas de suas idéias, complementadas por observações do autor. Da sua obra, a parte considerada de maior utilidade para o presente estudo reside nos "Elementos do Poder Naval" (5:418)<sup>1</sup>, que são fatores condicionantes ao

---

<sup>1</sup> Os "Elementos do Poder Naval", embora constem da bibliografia, são aqui apresentados da forma como o foram por Mahan no seu livro "The influence of sea power upon history".

aproveitamento do mar pelo Poder Nacional. Esses elementos são:

- a) posição geográfica;
- b) configuração do litoral;
- c) extensão territorial;
- d) população;
- e) caráter nacional;
- f) caráter e políticas governamentais;<sup>1</sup>

Ao tecer comentários sobre a importância da posição geográfica, Mahan afirma que a inexistência de problemas nas suas fronteiras terrestres (ou não tendo fronteiras terrestres a proteger) permite a uma nação a concentração de esforços visando o desenvolvimento do poder naval, sendo, portanto, fator de força para um país que deseja aumentar seu poder no mar. Por outro lado a posição de um país em relação às rotas marítimas de seus eventuais adversários, permite ao país concentrar, com relativa facilidade, suas forças sobre o comércio do inimigo, privando-o do uso do mar. Mahan ainda comenta a necessidade de dispersar forças para conquistar e depois manter um vasto império ultramarino, alegando que os problemas causados por essa dispersão seriam largamente recompensados pela pujança do comércio marítimo.

Dentro desse enfoque, a posição geográfica dos EUA, debruçado sobre dois oceanos importantes, lhe era clara-

---

<sup>1</sup> Fez-se aqui uma tradução livre dos termos utilizados por Mahan, apenas com a preocupação de guardar o significado das idéias expostas.

mente favorável, embora houvesse dificuldade para concentrar forças que estivessem operando em oceanos diferentes (Atlântico e Pacífico).<sup>1</sup>

Ao abordar a configuração do litoral, Mahan apontava a importância de acidentes naturais que facilitassem a exploração do mar pelo país lindeiro. Vamos nos abster de maiores comentários sobre o assunto, por considerá-lo evidente. Gostaríamos apenas de ressaltar que os EUA possuem uma costa razoavelmente recortada (notadamente na parte atlântica) possuindo, inclusive, rios navegáveis importantes, que permitem a ligação do litoral com as regiões interiores.

A extensão territorial pode ser um fator de força ou de fraqueza. Uma base territorial rica em recursos naturais e com população bem distribuída pode, sem dúvida, servir de ponto de apoio ao desenvolvimento do poder naval. Entretanto, quanto maior for o território, quanto pior for a distribuição demográfica, mais difícil será a defesa do solo pátrio.

O estudo das características da população e sua distribuição ao longo da costa foi outra preocupação de Mahan. Ele se importava não com a quantidade de habitantes, mas sim com aqueles disponíveis e capazes de serem empregados em atividades ligadas ao poder naval. Ressaltava a importância de mão de obra específica para as tripulações dos navios de guerra mas, também, da necessi-

---

<sup>1</sup> Veremos mais adiante que essa preocupação em permitir a concentração de forças, transferindo unidades de um oceano para outro, está na origem da vontade norte-americana em construir o Canal do Panamá.

dade de recursos humanos para as atividades de apoio. Uma boa distribuição populacional ao longo da costa facilitava as ações de defesa e garantia a existência de pessoas familiarizadas com o mar.

Advogando que o poder naval tem respaldo no comércio intenso e pacífico, Mahan afirma a necessidade das potências marítimas terem homens dedicados a essa atividade. A vontade de empreender, de comerciar, de ganhar dinheiro mesmo correndo certos riscos, é fator importante e, de certa forma, define o povo de determinado país. Essas características são típicas dos norte-americanos, legítimos descendentes dos imigrantes do "Mayflower" que, ao deixarem para trás a velha Europa, lançaram-se à conquista do novo continente, com todo o risco que essa atitude impunha.

A manutenção de políticas navais continuadas e consistentes é outro elemento essencial apontado. Nesse ponto, Mahan apresenta sua fé em uma organização institucional que, refletindo os anseios da nação e não apenas do governante do momento, garanta continuidade às políticas do Estado.

De tudo que até aqui foi comentado, podemos concluir que os EUA, no final do século passado, possuíam os elementos essenciais para expandir seu poder naval. Faltava-lhe apenas um ideólogo que apontasse os caminhos e o despertasse para o seu destino de potência naval. Esse papel foi desempenhado por Alfred T. Mahan, com rara competência.

SEÇÃO II - O INÍCIO DO SÉCULO XX E A PRIMEIRA GRANDE  
GUERRA

A situação dos EUA, ao término do século XIX, era tal que possibilitava o desenvolvimento de seu poder naval: o fim da conquista do centro-oeste permitia que toda a sua energia fosse concentrada em novos e grandes projetos, além de incorporar à nação uma base territorial rica em recursos naturais; o fim da Guerra de Secessão garantia a unidade nacional e o grande desenvolvimento industrial, já alcançado no norte do país, permitia a incorporação de técnicas avançadas à construção naval; debruçado sobre as principais rotas marítimas e banhado pelos dois oceanos mais importantes do planeta, tinha a sua posição geográfica como vantagem a ser explorada; a sua população, concentrada no litoral atlântico bastante recortado, tinha as características sonhadas por Mahan.

O cenário mundial também era favorável aos norte-americanos porque a Inglaterra, senhora incontestemente dos mares, estava com suas atenções voltadas para a Europa, preocupada com o reaparelhamento naval alemão e, dessa brecha, poderiam se aproveitar os EUA para expandir sua influência pelo Caribe e Pacífico Ocidental. Faltava-lhe, entretanto, um "cordão" de bases ou entrepostos que lhe garantisse apoio logístico à sua esquadra em vários pontos. A necessidade de manter unidades navais no Atlântico e no Pacífico, dificultando tremendamente a concentração de forças para enfrentar eventuais inimigos em um dos oceanos, era outra deficiência.

Se tivéssemos que eleger um único evento para marcar

o nascimento do moderno poder naval norte-americano, não resta dúvida que a escolha cairia sobre a guerra hispano-americana de 1898. Embora a guerra tenha durado pouco mais de cem dias e tenha custado apenas 3000 baixas aos EUA, ela teve a importância de fazer os norte-americanos olharem para o mar com maior preocupação e fez ainda com que o governo, atendendo aos apelos da população, desenvolvesse um poder naval que permitiu a vitória. Nesse trabalho nos interessa apenas o resultado da guerra, sem nos determos na campanha naval propriamente dita. Basicamente, a luta travou-se no Caribe (Cuba e Porto Rico) e no Pacífico (principalmente nas Filipinas). A necessidade de empregar forças em ambos os oceanos, tornou clara a necessidade de que fosse providenciada a construção de um canal que permitisse a *concentração* de unidades navais<sup>1</sup>. A idéia estratégica básica dos chefes navais norte-americanos era obter o *domínio do mar*, através de uma *batalha decisiva*, o que acabaram por conseguir. O resultado da guerra trouxe para os norte-americanos, no Pacífico, um aprofundamento da sua "fronteira" oeste com a tomada das Filipinas, Guam, Havaí e Samoa. No Atlântico, a posse de Porto Rico e a colocação de Cuba sob o regime de protetorado, garantia a existência de pontos de apoio para uma expansão futura no Caribe. Seria possível, explorando os novos territórios conquistados, estabelecer várias

---

<sup>1</sup> Durante a luta, como prova da importância aqui comentada, os norte-americanos fizeram deslocar do Pacífico para o Atlântico, em uma longa viagem de circunavegação em torno da América do Sul, o encouraçado "Oregon" com a finalidade de empregá-lo contra as forças navais espanholas estacionadas no Caribe (6:406).

bases para a esquadra.

A partir daí, os EUA passam a intervir repetidas vezes no Caribe, sempre utilizando suas forças navais e fuzileiros, *projetando poder sob terra*. Essa postura imperialista garantiu a construção e posterior defesa do Canal do Panamá e só teve fim por volta de 1930.<sup>1</sup>

Já então os norte-americanos tinham interesses na longínqua China e não hesitaram em usar seu poder naval para, em alianças com nações européias, intervirem naquele país estabelecendo *bloqueio e projetando poder sobre terra*, com o intuito de garantir condições favoráveis de comércio. O envolvimento dos EUA na chamada "Guerra dos Boxers" na China foi a primeira participação dos Estados Unidos em conflitos fora do continente americano.

Assim, em menos de quinze anos, os EUA tinham conseguido desenvolver um respeitável poder naval que lhe garantiu a conquista de razoável império ultramarino, que lhe permitia intervir onde os seus interesses fossem ameaçados e que lhe reservava um papel importante nos assuntos do mundo da época. Coroando essa fase de pujança, os norte-americanos, em um notável exemplo de *emprego político do poder naval*, realizaram uma viagem de circunavegação com os navios mais importantes da sua esquadra,

---

<sup>1</sup> É longa a lista das principais intervenções norte-americanas: Cuba (1906 a 1909, 1912, 1917 a 1922); Panamá (então território colombiano), Nicarágua, Haiti e República Dominicana. Podemos ainda citar o bloqueio exercido sobre o México em 1911 (que teve o Brasil como mediador da crise) e o bombardeio de Vera Cruz em 1914 (aí, pela primeira vez, foram usadas aeronaves baseadas em terra, em apoio à esquadra, realizando espotagens e ações de esclarecimento) (6:467).

mostrando ao mundo o poderio que tinham alcançado.<sup>1</sup> Essa viagem, embora demonstrasse a excelência do material americano, evidenciou a necessidade de bases de apoio à esquadra. Não bastavam os territórios recém conquistados: era preciso prepará-los de modo conveniente, estabelecendo um cordão de bases, indispensáveis ao movimento de grandes e modernas forças navais.

Apesar do estrondoso sucesso em desenvolver, em curto espaço de tempo, um poder naval poderoso, a Primeira Grande Guerra veio encontrar os EUA despreparados. No início do ano de 1917, apenas um terço dos navios americanos estavam realmente prontos para entrar em ação; somente dez por cento estavam com as guarnições completas; não havia navios leves e rápidos, afeitos à guerra anti-submarina; não havia planos para o emprego de forças navais em uma situação de guerra na Europa ou mesmo para operações conjuntas com a marinha inglesa (6:550). Porquê isso ocorreu? Como explicar a interrupção nos programas de aparelhamento das forças navais norte-americanas? Duas parecem ser as respostas a essas perguntas: o custo elevado de uma esquadra moderna e o isolacionismo dos EUA.

O vertiginoso desenvolvimento industrial, continuava a afetar grandemente a construção naval, a exemplo do que já vinha ocorrendo desde meados do século XIX. Os primeiros anos do século XX, trouxeram novas e importantes tecnologias que logo foram absorvidas pelas marinhas do mundo. O giroscópio e a invenção do motor diesel, por

---

<sup>1</sup> Essa viagem foi realizada por dezesseis encouraçados, tendo durado cerca de quatorze meses (6:463).

exemplo, tiveram enorme importância para as forças navais, notadamente para a arma submarina. O emprego de novas técnicas permitiram a construção dos poderosos "Dreadnought", super encouraçados com grande poder de fogo e couraça bastante resistente que passaram a dominar o cenário naval. Cruzadores de batalha passaram a substituir os cruzadores ligeiros, aumentando as tonelagens das forças navais da época. Ainda nesse período apareceram os primeiros sistemas de controle de fogo naval, aumentando a precisão da artilharia embarcada. Por tudo isso continuava a ser extremamente cara e difícil a tarefa de manter uma força naval poderosa e dentro do estado da arte.

Desde 1913 governava os EUA o presidente Woodrow Wilson que desenvolvia um ambicioso programa de reformas internas. A sua política externa baseava-se, por outro lado, em um isolamento crescente das questões internacionais. Notadamente, as questões européias não pareciam despertar grande interesse entre os norte-americanos.<sup>1</sup> Dentro desse quadro, e considerando os esforços que seriam necessários para manter as forças navais americanas prontas e adestradas, pode-se responder às perguntas formuladas anteriormente.

Outro ponto que de certa forma levava os norte-americanos a confiarem na vitória aliada na Europa, sem a necessidade de envolvimento direto dos EUA, era a confian-

---

<sup>1</sup> O exemplo mais marcante do desejo norte-americano em ficar fora das questões européias foi o lema da campanha vitoriosa de Wilson pela reeleição em 1916, com o mundo já vivendo há dois anos os horrores da guerra: "He kept us out of war" (ele nos manteve fora da guerra) (6:549).

ça que depositavam no poder naval da Inglaterra. No entanto, a batalha da Jutlândia mostrou a incapacidade dos britânicos em obterem o *domínio do mar* através de uma *batalha decisiva*. Por outro lado, o evidente sucesso que vinham tendo os alemães ao aplicarem a *estratégia do desgaste* contra os ingleses, através de uma severa guerra submarina, deixavam clara a imperiosa necessidade de algum tipo de ação por parte dos norte-americanos. Se fosse mantido o isolacionismo em relação aos problemas europeus, a derrota inglesa parecia inevitável. A decisão do governo alemão em desenvolver uma campanha submarina irrestrita, acabou por precipitar a entrada dos EUA na guerra, em 1917.

Envolvida na guerra, o principal problema da marinha norte-americana, a ser resolvido de imediato, deveria ser *garantir o uso do mar*, de modo que o reforço americano pudesse chegar em segurança aos seus aliados europeus. Os ingleses já vinham utilizando o comboio com sucesso<sup>1</sup> e os americanos aderiram à nova tática. Como resultado, o quadro de possível colapso imediato da Inglaterra pode ser rapidamente revertido. Desta forma, já em dezembro de 1917, os EUA fizeram chegar aos campos de batalha da Europa os seus primeiros soldados, transportados pelo mar e de forma segura.

Em resposta à tática de comboio, os alemães passaram a concentrar seus submarinos na entrada dos principais

---

<sup>1</sup> O primeiro comboio inglês foi usado pouco antes dos Estados Unidos entrarem na guerra, em maio de 1917 (6:552), embora houvessem ainda algumas dúvidas sobre a sua validade, no seio do Almirantado britânico.

portos ingleses. Embora esses submarinos ainda não atuassem de forma coordenada, a sua eficiência voltou a aumentar. Dessa vez a solução encontrada foi impedir o uso da arma submarina alemã, confinando-a nas suas bases. Isto foi conseguido através da maior operação de minagem da historia: foram lançadas cerca de 70.000 minas, compondo campos minados de cerca de 230 milhas de comprimento e que chegavam a ter 25 milhas de profundidade em alguns pontos (6:558). Esses campos minados, plantados a determinada profundidade, obrigavam os submarinos alemães a virem a superfície, se quisessem cruzá-los de forma um pouco mais segura, tornando-os vulneráveis à detecção visual, notadamente por parte da aviação. Na verdade, estavam os aliados procurando aplicar a *estratégia de bloqueio* aos submarinos alemães, utilizando os meios que a tecnologia da época tornava disponíveis. Em complementação aos comboios e aos campos minados, os aliados passaram a bombardear as bases dos submarinos alemães, utilizando principalmente, aviões da marinha baseados em terra.<sup>1</sup>

O problema da falta de bases na Europa foi facilmente resolvido pela marinha norte-americana. As unidades navais passaram a utilizar facilidades cedidas pelos seus aliados na Inglaterra, Irlanda e França, sendo a mais importante delas situada em Brest.

---

<sup>1</sup> Os Estados Unidos iniciaram a guerra contando apenas com cerca de 50 aviões na sua aviação naval. Ao final da luta, a marinha norte-americana contava com cerca de 2000 aviões, todos baseados em terra, boa parte deles em bases francesas. Esses números dão bem a idéia da importância que a arma aérea passou a ter na luta anti-submarina.

*Projetando poder sobre terra*, foram ainda realizados varias incursões anfíbias, no decorrer da guerra, contra alvos inimigos. As principais ações foram desferidas contra bases navais alemães. Embora de pequena envergadura, essas operações foram de grande importância para o desenvolvimento de uma doutrina anfíbia que pode ser utilizada, depois de devidamente atualizada, na Segunda Grande Guerra.

Em resumo, durante o período aqui estudado que engloba o inicio do século XX até o final da Primeira Grande Guerra, a estratégia naval dos Estados Unidos pode ser resumida em cinco pontos fundamentais:

a) apoiar o emprego da "Doutrina Monroe", notadamente no Caribe, garantido o aumento da influência norte-americana, através de constantes intervenções na área, com o emprego de forças navais *projetando poder sobre terra*;<sup>1</sup>

b) apoiar, basicamente *projetando poder sobre terra*, os esforços para que fosse construído o Canal do Panamá e, posteriormente, garantir as condições indispensáveis à sua segurança;

c) garantir os interesses comerciais dos Estados Unidos na China, com o apoio de aliados europeus, através de ações de bloqueio e *projetando poder sobre terra*.

d) contribuir para a segurança da nação (aí incluído o território ultramarino conquistado após a guerra com a Espanha), através da *dissuasão estratégica* e do emprego

---

<sup>1</sup> Embora a expressão não conste da bibliografia relacionada, vários autores referem-se a essas ações como "política de canhoneiras".

*político do poder naval.*

e) *intervir no teatro europeu, de acordo com os seus interesses, negando o uso do mar ao elemento hostil e garantido o uso seguro pelos aliados (em síntese, obtendo o domínio do mar) e projetando poder sobre terra.*

Por outro lado, o período aqui estudado deixou claro algumas constatações que passaram a ser consideradas pelos estrategistas navais dos Estados Unidos. A primeira delas refere-se à importância da arma submarina, principalmente se utilizado dentro de uma *estratégia de desgaste*, visando, principalmente, o tráfego mercante inimigo. A importância da aviação para as forças navais modernas também ficou clara, mesmo considerando apenas aquela baseada em terra. O desenvolvimento de uma doutrina de guerra anfíbia também trouxe à mesa dos estrategistas outros problemas a serem resolvidos, não só no que diz respeito ao assalto anfíbio mas também à necessidade de se melhor proteger instalações e territórios próximos ao mar. Embora a importância de bases em apoio às operações de uma esquadra moderna já fosse conhecida, o conflito na Europa confirmou essas expectativas.

### SEÇÃO III - A SEGUNDA GRANDE GUERRA

Terminada a Primeira Grande Guerra, um clima de otimismo e confiança nos mecanismos diplomáticos para a manutenção da paz tomou conta do mundo, notadamente dos Estados Unidos. Como consequência, vários foram os esforços para dotar o cenário internacional de mecanismos capazes de resolver eventuais controvérsias entre as nações sem que fosse necessário o recurso às armas.

Dentro desse espírito, foi convocada pelos EUA uma conferência em Washington para que se limitasse o poder naval das potências da época. Essa conferência tinha como principal objetivo evitar uma corrida armamentista. No que tange ao poder naval, foi estabelecido, depois de muita discussão e enorme pressão dos representantes norte-americanos, uma relação entre as tonelagens de navios capitais das principais potências navais. De forma bastante resumida, ficou estabelecido que Estados Unidos e Inglaterra poderiam ter um máximo de quinhentas mil toneladas de navios capitais, cabendo ao Japão um máximo de trezentas mil toneladas e cento e setenta e cinco mil toneladas para Itália e França (6:565).

Faremos a seguir algumas observações sobre o acordo resultante da Conferência de Washington e suas consequências imediatas sobre o poder naval dos EUA. Em primeiro lugar, ao término da guerra, os Estados Unidos eram a nação mais forte do mundo. A sua capacidade industrial, que fora uma das causas da vitória aliada, já dera mostra da sua pujança. É portanto natural que se conclua que uma possível corrida armamentista poderia ser enfrentada com muito mais facilidade pelos americanos do que pelos japoneses, por exemplo. Dessa forma, alguns analistas afirmam que aceitar uma limitação de armamentos àquela altura não era a melhor política.

É claro que esse tipo de opinião desconsidera o forte desejo de paz existente no seio da população, mas é fonte de reflexão: uma postura mais agressiva dos EUA, no ponto de vista de aceitar uma corrida armamentista, teria sido

mais eficaz para a manutenção da paz pretendida pela sua população?

De qualquer forma - e aqui vai uma segunda consideração - a simples aceitação, por parte da Inglaterra e demais países, de uma proporção de forças favorável aos EUA, significava o reconhecimento implícito de que a nação norte-americana passava ao primeiro plano do cenário mundial, com óbvias repercussões sobre sua estratégia naval.

Finalmente, o Acordo de Washington não definia, de forma clara, o que seriam "navios capitais", cuja posse limitava. Na verdade, pensava-se nos pesados encouraçados que ainda constituíam o núcleo das esquadras. Parecia evidente que os diplomatas da época firmaram o acordo com os olhos voltados para a guerra recém terminada sem olharem para o futuro. Ora, logo na década seguinte, começava a ficar claro que, embora o encouraçado ainda tivesse lugar de destaque, navios mais leves e rápidos teriam importância decisiva, principalmente no combate aos submarinos.

Por outro lado, o desenvolvimento da aviação (que já havia mostrado a sua importância) dava ao poder naval uma capacidade de destruição, flexibilidade e movimento muito maior. Os países começavam a desenvolver o navio-aeródromo (NAe), como forma de aumentar ainda mais as possibilidades de utilização da arma aérea.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Em 1922, os Estados Unidos adaptaram um navio - "Langley"- para ser utilizado como NAe. Esse navio passou, então, a funcionar basicamente como "laboratório" da marinha norte-americana no desenvolvimento da sua aviação

Ainda mais, as regras, impostas por tratados internacionais ao emprego do submarino contra o comércio marítimo inimigo, nunca foram realmente cumpridas pelos beligerantes. Dessa forma, a capacidade de ocultamento da arma submarina, seu poder de destruição e conseqüente capacidade de influenciar no desenrolar de qualquer campanha militar deveriam ter sido considerados.

Em resumo, o Tratado de Washington, ao limitar a tonelagem de navios capitais, não impediu o aumento da capacidade de destruição das forças navais. Reconhecendo o problema, os EUA convocaram outras reuniões das potências navais da época em Genebra (1927) e Londres (1930), procurando impor limitações a outras classes de navios (além dos navios capitais), de forma a preencher as lacunas deixadas pelo Tratado de Washington. No entanto, seus esforços não tiveram êxito.

O sonho de paz duradoura, tão fortemente acalentado, foi abalado pela intervenção do Japão na Mandchúria (1931), sofreu rude golpe com a campanha pela conquista da Etiópia, desencadeada pela Itália (1935) e terminou definitivamente com o início da Segunda Grande Guerra.

O ataque japonês à Pearl Harbor (dezembro de 1941) colocou os EUA definitivamente na guerra. Embora a marinha norte-americana já estivesse parcialmente envolvida na luta, na medida em que se empenhava na proteção ao tráfego mercante, a nova situação permitia a total mobilização do país e a utilização de todos os recursos disponíveis. Vamos apresentar a situação geral em que se

---

embarcada (6:590).

encontravam as forças navais norte-americanas, quando do seu engajamento direto na luta, de forma a podermos melhor compreender os fatores que condicionaram a estratégia empregada.

Os EUA se ressentiram ,de imediato, do seu eterno problema de ter que lutar em dois oceanos. Esse problema, que já vinha sendo sentido desde a guerra com a Espanha, agora era agravado pelo fato da nova situação obrigar o confronto com dois fortes e poderosos oponentes, cada um atuando em um dos oceanos: o Japão e a Alemanha. Embora o governo já houvesse, anos antes, aprovado uma lei que garantia recursos para que a marinha norte-americana fosse equipada de forma a lutar no Atlântico e no Pacífico<sup>1</sup> ao mesmo tempo, a verdade é que o reaparelhamento estava bastante atrasado. Como resultado, a marinha via-se forçada a uma divisão das forças existentes. Como apontaram diversos estudiosos no assunto, essa divisão fora feita baseada em princípios já ultrapassados, não sendo consideradas as características de cada um dos possíveis teatros de operações. Dessa forma, principalmente no tocante à repartição de encouraçados e navios-aeródromos, não parece ter sido das mais felizes as soluções encontradas: o teatro do Pacífico, tanto pelas suas características geográficas como também pela constituição das forças do principal oponente, devia ter sido privilegiado na distribuição dos NAe.

A insuficiência das bases americanas fora umas vulne-

---

<sup>1</sup> Estamos aqui nos referindo à "Two Ocean Navy Bill" (Lei da Marinha de dois Oceanos) (2:44).

rabilidade grave ao tempo da Primeira Grande Guerra que, no entanto, pode ser facilmente contornada pelo uso intensivo de bases aliadas. No entanto, no teatro do Pacífico não havia bases aliadas a serem utilizadas. As principais bases inglesas e holandesas estavam localizadas a grandes distâncias do Pacífico central. As bases de Guam e Pearl Harbor, embora estivessem convenientemente localizadas, não estavam suficiente aparelhadas para prestar todo o apoio necessário.

Algumas decisões tomadas no mais alto escalão aliado, logo ao início da luta, também vieram a determinar o posicionamento estratégico da marinha. A primeira delas foi a decisão de considerar o teatro do Atlântico como o principal, impondo ao Pacífico uma posição secundária. Outra decisão importante foi a de considerar a luta terminada apenas com a destruição total do poder militar das potências do eixo. Ora, esta decisão impunha que a marinha se preparasse para uma luta bastante dura e possivelmente longa, considerando a força do poder militar a ser destruído.

Dentro da estratégia geral assim definida, passaremos a estudar as ações no Pacífico e no Atlântico, de forma separada, em virtude das diferentes concepções estratégicas empregadas.

#### A Guerra no Atlântico

Dando prosseguimento à sua *estratégia de desgaste*, os submarinos alemães, já em janeiro de 1942, passaram a operar nas costas norte-americanas. Como resultado, são afundados trinta e nove navios mercantes na segunda

quinzena. No mês seguinte, submarinos alemães e italianos iniciam o ataque ao tráfego aliado no Caribe, afundando vinte e três petroleiros. Em abril do mesmo ano, foram afundados noventa e quatro navios na costa norte-americana (1:193).

O valor das perdas aliadas, associado à situação preocupante da Inglaterra, impunham que medidas urgentes fossem tomadas de modo a *garantir o uso seguro do mar* de modo que o apoio logístico pudesse fluir livremente para o teatro europeu. As medidas tomadas pelos aliados incluíam basicamente a prática do comboio (que a partir de julho passou a ser empregado nas costas americanas e no Caribe) e o combate direto aos submarinos com a utilização de aviões baseados em terra. O emprego da arma aérea, da mesma forma que já havia acontecido na Primeira Grande Guerra, mostrou-se precioso. No entanto, considerando que os submarinos inimigos tinham aumentado tremendamente seus raios de ação, a aviação baseada em terra, embora importante, não era suficiente para garantir o uso seguro do mar. Havia uma grande área no centro do Atlântico norte onde os submarinos alemães podiam operar a salvo da aviação aliada baseada em terra, que não tinha ainda alcance necessário para operar tão longe das suas bases. Em consequência, passaram os aliados a incluir os NAE nos seus comboios, de modo a garantir a presença da arma aérea, fechando, dessa maneira, a lacuna existente nas suas defesas contra os submarinos inimigos. Essa providência, tomada já em setembro de 1942, começou a reduzir as perdas aliadas.

Embora o aumento do raio de ação das aeronaves baseadas em terra tenha sempre aumentado ao longo da guerra e mesmo considerando o aumento da eficácia desses aviões com a incorporação de novos sensores, não resta dúvida que o emprego da aviação embarcada na luta anti-submarina foi da maior importância. A medida que a situação vai melhorando, os aliados vão aumentando o emprego do NAe na luta, constituindo grupos-tarefas específicos para emprego A/S.<sup>1</sup>

Em complementação ao emprego de aeronaves e à prática de comboios, os aliados utilizaram contra os submarinos inimigos, a exemplo do que já haviam feito no conflito anterior, os campos minados e o bombardeio às bases alemães. Essas ações são de menor importância por não terem sido de grande valia para o resultado da luta. A verdade é que, a partir de setembro de 1942, não deixará de aumentar a quantidade de submarinos alemães destruídos pelos aliados.

No extremo norte do Atlântico, os comboios que se destinavam à União Soviética enfrentavam, além dos submarinos inimigos, a aviação alemã baseada em terra e ainda tinham que fazer frente a eventuais ataques de navios de superfície. De qualquer forma, as ações aí desenvolvidas não se afastavam da estratégia geral dos aliados em *garantir o uso do mar*.

---

<sup>1</sup> Estamos aqui nos referindo aos "Hunter Killer Groups" que, na terminologia da Marinha do Brasil, são chamados de "Grupos de Caça e Destruição". Nucleados em um ou mais navios-aeródromos, operam de forma independente dos comboios, procurando manter livres da ameaça submarina as rotas do fluxo logístico. Pode ser encarado como uma postura ofensiva de enfrentar a arma submarina, em oposição ao comboio, defensiva por natureza.

Embora com as atenções voltadas para a campanha A/S, os aliados não descuidavam de ações contra as forças de superfície inimigas. Repetindo mais uma vez as ações que tinham sido levadas a bom termo na Primeira Grande Guerra, os aliados estabeleceram um rigoroso bloqueio à esquadra alemã, procurando evitar que as grandes unidades inimigas tivessem acesso ao Atlântico central. Dentro dessa idéia, acontecem algumas ações no mar, das quais a mais famosa é a destruição do encouraçado "Bismarck". Podemos afirmar que a estratégia do *bloqueio* foi mais uma vez utilizada, utilizando os novos recursos que a moderna tecnologia tornava disponível.

Como já era de esperar, o Atlântico (e por extensão no Mediterrâneo) foi também palco de importantes operações anfíbias no decorrer da guerra no norte da África, na Itália e na França. Já tínhamos comentado anteriormente o impulso que o desenvolvimento de uma doutrina para operações anfíbias havia alcançado nos EUA, ao término da Primeira Grande Guerra, como resultado das diversas operações lançadas contra o território inimigo. Pois foi com base na experiência previamente obtida, embora fazendo as adaptações necessárias aos novos meios existentes, que o poder naval americano *projetou poder sobre terra*.

#### A Guerra no Pacífico

A vitória obtida pelos japoneses em Pearl Harbor havia desferido um rude golpe no poder naval dos EUA. Se considerarmos o avanço avassalador das forças japonesas em direção ao sul, concluiremos que a situação norte-americana, ao início da luta, era das mais preocupantes.

Na verdade, a esquadra americana, embora não tivesse perdido nenhum NAe, estava privada de bases no Pacífico central e tivera seu principal ponto de apoio duramente atingido.

A situação impunha uma estratégia defensiva, face à precariedade de meios. Dessa forma, os EUA retiraram as suas forças navais para o sul, de modo a colocá-las a salvo da aviação inimiga. Embora parte da sua esquadra continuasse estacionada em Pearl Harbor, não havia condições para que fossem desfechados ataques de grande monta a unidades e bases japonesas. Em resumo, os EUA estavam com suas forças dispersas, parte localizada no Pacífico sul procurando manter-se fora do raio de ação da aviação inimiga e parte ainda baseada em Pearl Harbor mas sem condições de tomar a iniciativa das ações.

Nessa fase de postura defensiva, dois eram os objetivos principais da estratégia norte-americana: deter eventuais avanços japoneses na direção das ilhas Salomão e da Nova Guiné; e garantir as comunicações com a Austrália. Por outro lado, as forças estacionadas em Pearl Harbor, iniciaram, ainda que timidamente e dentro da postura geral defensiva, algumas ações ofensivas contra posições japonesas no Pacífico Central com a finalidade de retardar o avanço inimigo para o sul, ameaçando o seu flanco esquerdo.

Pressentindo uma possível ação inimiga em direção à Port Moresby (Nova Guiné), os norte-americanos concentraram forças no Pacífico sul de modo a deter o avanço japonês que, se concretizado, além de significar a perda

de importante ponto de apoio, colocaria as rotas marítimas para a Austrália dentro do alcance da aviação japonesa baseada em terra. Essa foi a origem da batalha do Mar de Coral, travada em junho de 1942.

Esse encontro de forças no mar tem um significado todo especial e, por causa disso, merece maiores comentários. Em primeiro lugar, essa foi a primeira grande batalha naval em que as forças envolvidas não chegaram a um duelo de artilharia, não chegando sequer à distância de engajamento: a luta aconteceu entre a aviação embarcada e unidades de superfície. Pode-se dizer que foi decididamente uma batalha aeronaval. Embora o balanço das perdas (2:91) aponte uma vitória japonesa, na verdade os EUA atingiram o seu objetivo de deter o avanço japonês sobre a Nova Guiné e, portanto, podemos considerá-la como uma vitória estratégica dos norte-americanos: a partir da batalha do Mar de Coral, os japoneses não mais avançarão para o sul.

Mesmo após a batalha do Mar de Coral, os norte-americanos não tinham forças suficientes para passar à ofensiva e, além disso precisavam posicionar cuidadosamente seus limitados recursos de modo a fazerem frente a eventuais ações ofensivas dos japoneses. Estudando o quadro, o comando norte-americano jogou com a possibilidade do inimigo tentar ações ofensivas na parte oeste do teatro de operações. Por esse motivo, concentrou suas principais unidades nas proximidades de Midway de modo a, no caso de encontro com a força japonesa, combater em uma área onde pudesse utilizar as suas aeronaves baseadas em

terra em complementação à sua aviação embarcada. Essa preocupação norte-americana de conjugar esforços de seus meios aéreos dá bem a importância que o avião tinha sobre as operações navais.

A decisão norte-americana mostrou-se extremamente feliz: em junho de 1942 as forças japoneses que se dirigiam para atacar Midway são interceptadas por unidades americanas e trava-se uma das batalhas mais importantes da Segunda Grande Guerra. Como já tinha acontecido no Mar de Coral, as forças inimigas combateram sem travar duelos de artilharia (utilizaram apenas os seus canhões antiaéreos), não chegaram a se avistar e atacaram utilizando apenas aeronaves (os japoneses contavam apenas com sua aviação embarcada enquanto os Estados Unidos lançaram mão da sua aviação baseada em terra, em complementação à sua aviação aeronaval).

O resultado da batalha foi amplamente favorável aos norte-americanos que, além de imporem sérias perdas ao inimigo (2:196), evitaram o avanço japonês para o oeste. Alguns estudiosos creditam à batalha de Midway uma enorme importância no desenrolar da guerra, pois, a partir de então, a ofensiva japonesa perde seu ímpeto e a iniciativa das ações passa definitivamente para as mãos norte-americanas. Embora sem desconhecer a importância dessa batalha, não podemos deixar nos levar pela tentação de a considerarmos uma *batalha decisiva* - aquele tipo de ação que garante ao vencedor o *domínio do mar*. Isso porque, embora tenha alcançado uma expressiva vitória militar os Estados Unidos estavam longe de obter o *domínio do mar*.

Um pouco mais aliviados da pressão inimiga, graças aos resultados das batalhas de Mar de Coral e Midway, os norte-americanos se sentiram em condições de iniciar uma ofensiva, ainda que limitada. Decidiram atacar Guadalcanal. A luta aí travada foi, na verdade, uma série de ações aeronavais de importância e algumas ações anfíbias. Embora a idéia inicial dos norte-americanos fosse uma ofensiva limitada, a sucessiva concentração de meios de ambos os contendores fez com que a luta durasse cerca de seis meses (de agosto de 1942 até fevereiro de 1943, quando os japoneses evacuaram completamente a ilha).

Se a vitória em Midway marcou o término da ofensiva japonesa, da mesma forma a luta em Guadalcanal marca o início da ofensiva norte-americana. A partir de Guadalcanal a história da guerra é uma constante de recuos japoneses e avanços norte-americanos. Esses avanços são caracterizados por grandes e sangrentas operações anfíbias, realizadas pelos norte-americanos ilha por ilha em direção ao Japão, por vezes saltando importantes posições defensivas do inimigo. O primeiro eixo desse avanço partia do oeste, através das ilhas Marianas, Marshall e Gilbert e o segundo partia da Nova Guiné e das ilhas Salomão. Esses dois grandes eixos de avanço, em um vasto movimento de pinça, irão se encontrar nas Filipinas e continuarão seu movimento em direção ao arquipélago japonês.

Cabe ainda lembrar que os EUA, no decorrer da campanha do Pacífico, empregaram seus submarinos, de modo intenso, contra as linhas de abastecimento japonesas. Os

americanos aproveitaram, de forma sábia, a vulnerabilidade apresentada pelo inimigo de depender bastante da importação de matérias primas para seu esforço de guerra e da extensão do perímetro defensivo japonês, que obrigava a manutenção de intenso fluxo logístico.

As longas distâncias envolvidas, a magnitude das forças empregadas e a diversidade do material utilizado enfatizaram a importância de um apoio logístico de vulto. Os americanos, além de utilizarem as suas bases e dos aliados, desenvolveram o apoio logístico móvel, capaz de apoiar suas forças navais com presteza, mesmo quando operando longe de suas bases.

#### Considerações finais

Embora tenhamos feito um estudo resumido dos fatos relacionados com a Segundo Grande Guerra, reduzindo o campo da abordagem, acreditamos que já temos elementos indispensáveis a um resumo daquilo que nos poderá ser de valia para o presente trabalho.

Os EUA tiveram, no decorrer da guerra, duas posturas distintas: ao início assumiram uma postura claramente defensiva; a medida que a sorte da luta passou a lhe ser favorável, passaram a um posicionamento estratégico ofensivo.

A postura defensiva no teatro de operações (T.O) do Atlântico foi caracterizada por ações anti-submarinas que tinham como objetivo a *garantia do uso do mar* de modo que o apoio logístico pudesse chegar em segurança aos seus aliados europeus. No Pacífico, a postura defensiva pode ser caracterizada por uma dispersão de forças e um recuo

para o sul e para o oeste, de modo que suas unidades navais ficassem a salvo da aviação inimiga baseada em terra. Embora no T.O do Pacífico, logo ao início da luta, tenham sido realizadas algumas ações ofensivas no Pacífico central, essas visavam principalmente retardar o avanço japonês e se encaixavam dentro de uma estratégia geral defensiva.

A postura ofensiva pode ser caracterizada, no T.O do Atlântico, por ação de *bloqueio* contra as forças de superfície alemães, procurando negar-lhes o acesso ao Atlântico central, por operações de *projeção de poder sobre terra* e por ações de guerra A/S, conduzidas por grupos-tarefas especificamente formados e operando independente dos comboios. No Pacífico, as operações anfíbias de grande vulto garantiram o avanço norte-americano e se constituem na característica principal da postura ofensiva.

A importância de bases de apoio foi mais uma vez ressaltada. Já não se pode esperar que esse apoio venha apenas de instalações fixas mas, a medida que as forças navais operam cada vez mais longe das suas sedes, é importante contarmos com recursos de apoio logístico móvel, capazes de manter os navios operando por mais longo tempo. Esse apoio logístico móvel, embora aumente a vulnerabilidade na medida em que se torna alvo importante para eventuais inimigos, aumenta bastante a flexibilidade do poder naval.

A arma submarina demonstrou ser de grande valia na luta em ambos os T.O. Se usada de forma adequada, pode vir

a representar um grande perigo à capacidade de apoio logístico. A exemplo do que já ocorrera na Primeira Grande Guerra, os submarinos alemães foram talvez a principal arma naval contra os aliados. É bom notar que as idéias da "jeune école" de emprego do poder naval contra o comércio inimigo puderam ser aproveitadas, graças ao desenvolvimento da arma submarina, não apenas contra o comércio propriamente dito, mas contra o esforço logístico do inimigo. Da mesma forma que a moderna tecnologia causou o eterno embate entre o armamento e as couraças dos navios, também afetou a luta entre o submarino e os meios A/S das forças navais.

O desenvolvimento do avião e, principalmente, da aviação embarcada deu às forças navais um recurso que aumentava em muito o seu raio de ação e sua flexibilidade. Por outro lado, a necessidade de se complementar a aviação embarcada com aquela baseada em terra, obrigou o desenvolvimento de uma grande estrutura de comando e controle das ações. É lícito supor que uma força naval não possa operar sem contar com uma aviação orgânica, a menos que operando muito próximo de suas bases em terra e, mesmo assim, com um objetivo bastante restrito.

Embora, durante todo o decorrer da Segunda Grande Guerra, não se tenha falado na *batalha decisiva* como forma de obter o *domínio do mar*, não resta dúvida que o ator que tiver liberdade de operar sobre a massa líquida terá vantagens sobre o seu oponente. O *domínio do mar* de forma ampla, tal como era entendido pelos ingleses no século passado, parece ter seus dias contados. É claro que se

tivermos falando de disputa entre um poder extremamente fraco e outro bastante forte, podemos esperar que esse último procure obter o domínio completo do mar através de uma única ação decisiva.

De uma maneira geral, tal como nos mostrou o emprego de forças navais na Segunda Grande Guerra, o domínio do mar será obtido( se realmente chegar a ser obtido) através de um conjunto de ações que desgaste paulatinamente o poder naval de um dos beligerantes.

Por outro lado, não se pode esperar que grandes operações realizadas no mar ou nas praias possam ser realizadas sem que se obtenha primeiramente um controle razoável sobre uma determinada área marítima que permita uma concentração de meios sem riscos inaceitáveis. Notadamente no que diz respeito às operações anfíbias (operação clássica de *projeção do poder sobre terra* e que exige uma variada gama de meios), é preciso que se obtenha um controle quase que total da área e também do espaço aéreo sobrejacente.

A Segunda Grande Guerra mostrou ainda a importância da mobilização na complementarão do esforço logístico dos beligerantes. Não apenas a capacidade da nação garantir a chegada de apoio pelo mar às forças navais mas ainda a capacidade de incorporar, de imediato, novas tecnologias e novos meios foram fatores determinantes à vitória aliada.

#### SEÇÃO IV - A GUERRA FRIA E OS DIAS ATUAIS

Imediatamente ao final da Segunda Grande Guerra, se-

gue-se um curto período em que os EUA detêm o monopólio da arma atômica. Desenvolve-se a *doutrina Truman* que apresentava o comunismo como principal inimigo a ser combatido e advogava o uso do poder econômico para manter a Europa a salvo do perigo vermelho : é o tempo do famoso Plano Marshall que reconstruiu o velho continente arrasado pela guerra. No campo da estratégia militar, os norte-americanos acharam suficiente que se preparassem para reagir a uma eventual agressão à Europa das forças soviéticas, sem se preocuparem em ações preventivas. A essa postura podemos chamar de *estratégia reativa*. Consideravam os norte-americanos que os soviéticos não empreenderiam qualquer ação ofensiva aos aliados dos EUA na Europa, temendo uma retaliação nuclear.

Em 1949, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) detona a sua primeira bomba atômica, acabando com o monopólio nuclear americano. No mesmo ano, a China entra para a órbita comunista com a vitória de Mao-Tsé Tung sobre os nacionalistas chineses. Esses dois fatos forçaram os EUA a reverem a sua estratégia militar. Desenvolveu-se então a idéia da *contenção periférica* que pretendia envolver toda a Eurásia (dominada pelo comunismo) por um cinturão de alianças militares. Dessas alianças, a mais importante era a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), constituída pelos Estados Unidos e seus aliados da Europa Ocidental. Essa política de alianças obrigava que os EUA estivessem presentes em todas as partes do Globo e trouxe à baila a discussão da importância do poder naval como forma de garantir essa presença. Alguns críticos alegavam que as forças navais

não teriam mais importância em eventual conflito, aliando seus argumentos da seguinte forma:

a) a esmagadora supremacia da URSS no tocante a armamento convencional na Europa faria com que uma guerra em solo europeu fosse bastante rápida. As forças navais seriam extremamente lentas para garantir o apoio logístico indispensável, em espaço de tempo tão curto. O apoio só poderia ser prestado aos aliados europeus através da aviação de transporte de grande porte;

b) como o apoio logístico seria prestado pela aviação de transporte, o domínio do mar não tinha mais importância. Mas, mesmo que fosse interessante manter o domínio do mar, essa tarefa seria impossível de ser cumprida, considerando o grande raio de ação da aviação baseada em terra que praticamente retirava das forças navais a capacidade de controlar a massa líquida dos oceanos.

Essas opiniões, em detrimento do poder naval, eram contestadas com os seguintes argumentos:

a) a *flexibilidade* inerente às forças navais, permite o seu posicionamento em áreas de conflito sem que haja violações de soberanias territoriais, demonstrando claramente a posição política do Estado que as utiliza, sem necessariamente agravar a crise;

b) a capacidade, demonstrada ao longo da história, das forças navais assimilarem, rapidamente, modernas tecnologias, aumenta, em curto espaço de tempo, seu poder de ataque e defesa.

c) a possibilidade de erupção de conflitos em regiões

da periferia que exigissem a presença norte-americana para garantir seus interesses. Isso poderia, inclusive, exigir a *projeção de poder sobre terra*.

Os defensores do emprego do poder naval saíram vencedores da discussão. Foi considerada a importância da marinha norte-americana, mesmo em uma guerra de curta duração, garantir ligações seguras com os aliados europeus, complementando o apoio a ser prestado por meios aéreos. Era preciso ainda assegurar o fluxo de petróleo, indispensável ao esforço de guerra aliado, e que só podia ser feito pelo mar. No entanto, reconhecendo a influência da arma aérea na guerra naval, e a conseqüente dificuldade de ser obtido o *domínio do mar*, os estrategistas navais norte-americanos evoluíram para o conceito de *controle de áreas marítimas*, aqui entendido como a capacidade de operar com alto grau de segurança e liberdade, em uma área limitada, por um determinado espaço de tempo, para o desenvolvimento de ações específicas com objetivos limitados e claramente identificados.

Dentro desse novo enfoque, não fica implícita a necessidade de uma *batalha decisiva* que implique na destruição de todas as forças navais inimigas, embora fique clara a necessidade de um alto grau de controle da massa líquida e do espaço aéreo sobrejacente. A negação do uso do mar poderia, se necessária, ser conseguida com o emprego de submarinos e por operações de minagens.

O esforço de desenvolvimento tecnológico da marinha norte-americana nesse período pós guerra foi basicamente voltado para a luta A/S. Além de serem incorporados novos

sensores aos navios, passaram a ser utilizados sensores plantados no fundo do mar, notadamente em pontos de passagem quase que obrigatória dos submarinos soviéticos.

É fácil entender que a nova postura estratégica norte-americana exigia grandes recursos financeiros, na medida que exigia uma constante atualização das forças navais, ao mesmo tempo que obrigava o estacionamento de forças terrestres na Europa de modo a contrabalançar a já citada supremacia soviética em armas convencionais, além de exigir um aumento dos meios aéreos. Os norte-americanos passaram, então, a adotar a *doutrina Eisenhower* que previa o "máximo de segurança com o mínimo de custos". Essa nova maneira de encarar os fatos trouxe como consequência um grande desenvolvimento da força aérea norte-americana, em detrimento do aprimoramento do poder naval. Esperava-se que, em caso de ações inaceitáveis por parte da URSS, os EUA poderiam responder através de uma *retaliação maciça*, com ataques desferidos por unidades aéreas de emprego estratégico, dotadas de armamento nuclear.

Em 1955, a criação do Pacto de Varsóvia, congregando a URSS e seus aliados europeus e que buscava se opor à OTAN, veio cristalizar a *bipolaridade* que passou a caracterizar as relações internacionais até a desagregação do bloco soviético. No mesmo ano, a URSS passa a ter a capacidade de atingir solo norte-americano com armas nucleares disparadas de seu próprio território. Atingia-se o *equilíbrio do terror*.

Esses fatos novos obrigaram a uma revisão da postura estratégica dos EUA. A possibilidade de resposta nuclear a

ações soviéticas na Europa (tal como previsto pela doutrina da retaliação maciça) poderia acarretar um ataque nuclear ao território americano, agora sob o alcance das armas soviéticas. Era ainda preciso que os EUA fossem capazes de, mesmo sofrendo um ataque nuclear, responder de modo a causar graves perdas à URSS.

A necessidade de proteger as suas armas nucleares de um eventual ataque preventivo da URSS, fez com que os norte-americanos desenvolvessem uma força de submarinos com capacidade de lançamento dos mísseis balístico "polaris". O poder de ocultação da arma submarina, aliado à sua capacidade de movimento caíam como uma luva para as necessidades dos EUA. Por outro lado, era preciso que eventuais crises, notadamente aquelas que acontecessem na periferia, dentro da órbita de influência dos EUA e sem envolver diretamente a URSS, tivessem uma resposta que, garantindo os interesses norte-americanos, não levasse necessariamente ao enfrentamento nuclear. Desenvolve-se, dessa forma a idéia da *estratégia da resposta flexível* que ressalta a importância do poder naval com ênfase nos seguintes pontos:

a) *emprego político do poder naval*<sup>1</sup>. Aqui cabe um comentário sobre a adequabilidade dos meios navais à tarefa. Vimos que a estratégia da resposta flexível levou ao desenvolvimento da arma submarina com capacidade de lançamento de mísseis balísticos nucleares. No entanto, as

---

<sup>1</sup> O "emprego político do poder naval" é normalmente entendido como sendo a utilização de elementos do poder naval para influenciar outros Estados. Os norte-americanos se referem a ele como "naval diplomacy" (10:209).

forças de superfície são as que melhor são capazes de demonstrar, de forma clara e inequívoca, a posição do Estado sem, necessariamente, agravar a crise. Dessa forma, o simples desejo de utilizar o poder naval como arma eminentemente política, implica em aplicação de recursos no aprimoramento das forças navais de superfície;

b) *proteção de instalações costeiras.* O desenvolvimento de modernas técnicas, permitindo a exploração do subsolo marinho, deixou clara a necessidade de que se protegesse as instalações costeiras de eventuais ataques de elementos hostis;

c) *projetar poder sobre terra.* Em áreas onde não era lícito esperar uma reação nuclear soviética (notadamente na periferia), os EUA viam a possibilidade de intervir, através de suas forças convencionais, de modo a garantir os seus interesses. Isso poderia ocorrer através de operações anfíbias clássicas ou bombardeio naval sobre terra;

d) *contribuir para a dissuasão estratégica.* As forças navais convencionais sempre contribuíram para a dissuasão estratégica. Agora, considerando a existência da arma atômica, passamos a considerar, como de maior importância, a capacidade de lançamento de mísseis balísticos e outras armas dotadas de ogivas nucleares. Alguns autores se referem, portanto, como *deterência nuclear* à capacidade de dissuasão estratégica das forças navais.

Baseados na sua crescente capacidade econômica e tecnológica, os Estados Unidos passam adotar a idéia de estimular uma corrida armamentista com a URSS, baseando

seus esforços na incorporação de modernas e caras tecnologias aos seus meios militares. Impossibilitada de competir nesses termos e com a sua situação social interna se deteriorando rapidamente, a URSS não consegue acompanhar o seu principal rival. Embora apresentado de forma simplista, não resta dúvida que esse foi o principal problema (pelo menos do ponto de vista militar) que causou a desagregação do bloco soviético, pondo fim ao período da *bipolartidade*.

Finda a sua disputa com o bloco comunista, os Estados Unidos viram-se forçados a alterar a sua estratégia militar. Embora continuassem preocupados com a dissuasão estratégica (e nesse caso a OTAN continua ser elemento valioso), passaram a considerar, como principais possibilidades de emprego do poder militar, eventuais intervenções em nações do terceiro mundo, para manter o "status quo" que lhe é altamente favorável. Em resumo, a estratégia norte-americana muda de uma visão de desafios globais para possíveis desafios regionais (8:1).

Dentro dessa nova visão, caberá às forças navais dos EUA servirem de base às operações a serem realizadas. É interessante notar que essa é uma idéia nova: as forças navais não mais serão utilizadas como vetores mas sim com *origens* do esforço militar. Esse novo conceito pressupõe a capacidade de uma *força expedicionária naval* manter-se no mar por longo tempo (por exemplo, uma força-tarefa norte-americana manteve-se no Oceano Índico por cinco meses durante a crise com o Irã (8:3)). A *força expedicionária* teria que ter a capacidade de apoiar tropas em terra com

fluxo logístico, apoio aéreo e de fogo naval, como necessário. É claro que esse tipo de ação privilegia as operações litorâneas ("brown water operations") em detrimento das operações em mar alto ("blue water operations"). Entretanto, embora ressaltando a importância do poder naval, a nova concepção enfatiza a necessidade de seu emprego em conjunto com as outras expressões do poder militar (8:2).

A idéia de utilizar a força naval como base de operações (e não mais apenas vetores do poder) está cristalizada no documento "*From the sea*", expedido pelo Departamento da Marinha dos EUA. Esse documento é complementado por outro que aponta a necessidade de apoio contínuo por unidades navais às forças em território hostil e que recebeu a denominação de "*Forward...from the sea*". Ambos os documentos são indicados na bibliografia do presente trabalho.

O emprego de forças militares, lançadas e apoiadas a partir do mar, exige um alto grau de coordenação e controle que permita a economia de recursos com o mais rápido e completo atingimento dos objetivos colimados. Esse emprego está calcado na idéia de *guerra de manobra*. Esse novo conceito, por sua vez, baseia-se em quatro princípios (9:30-31), a saber:

a) *finalidade*, que sempre será destruir a vontade do inimigo combater. Conquistas territoriais ou baixas infringidas não são importantes;

b) atingir sempre as *vulnerabilidades críticas* do inimigo como forma de alcançar a finalidade básica de

neutralizá-lo. O ataque a vulnerabilidades que não sejam críticas representa perda de tempo e prejudica a economia de meios.

c) tomar decisões o mais rapidamente possível, alterando, quando necessário, o planejamento realizado ou até mesmo a maneira, o momento e o local de aplicação do poder. Significa manter um ritmo que o inimigo não possa acompanhar.

d) identificar os pontos fortes do inimigo a serem evitados, aplicando o poder em seus pontos fracos.

Assim, de forma bastante resumida, a estratégia naval americana atual possui duas vertentes básicas: a contribuição para a dissuasão estratégica (na qual a OTAN ainda desempenha papel importante) baseada, principalmente, em armas atômicas lançadas de submarinos, aviação naval ou unidades de superfície dotadas de mísseis de cruzeiro com ogivas nucleares; e projetar poder sobre terra, a partir do mar, usando forças expedicionárias navais, com capacidade de permanecerem longo tempo na área de operações, utilizando os princípios da guerra de manobra, de modo a intervir em qualquer parte do mundo.

## CAPÍTULO 3

## CONCLUSÃO - UMA ABORDAGEM BRASILEIRA

## SEÇÃO I - A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Dentre as diversas tarefas normalmente atribuídas às forças navais, talvez a de maior importância tenha sido, ao longo da história, o *domínio do mar*. Esse domínio era normalmente obtido através de uma *batalha decisiva* e mantido através do *bloqueio*. A capacidade momentânea de um dos partidos em luta obter e manter o *domínio do mar* condicionava, de uma maneira geral, a sua postura estratégica: o partido mais fraco assumia uma postura defensiva e o mais forte procurava uma outra ofensiva que lhe garantissem a iniciativa das ações. A partir da Primeira Grande Guerra, o *domínio do mar* não foi mais obtido a partir de uma *batalha decisiva*, embora o partido com forças navais aparentemente mais fortes (os aliados) tenha sempre procurado a iniciativa das ações no mar. A partir dessa guerra, o *domínio do mar* aparece como fruto de um conjunto de ações que, paulatinamente, levava um dos partidos a um tal estado de fraqueza que não podia mais desafiar o seu oponente. Isso aconteceu, por exemplo, com os japoneses ao longo da Segunda Grande Guerra. No entanto, a postura defensiva, normalmente assumida pelo mais fraco, não impede que ações ofensivas sejam realizadas como forma de dificultar o inimigo.

Embora o desenvolvimento de novos meios e o maior alcance do armamento naval dificultem o *domínio do mar*, não resta dúvida que um certo grau de controle deve ser

obtido e mantido por quem deseja realizar qualquer tipo de operação naval. É lícito, portanto, esperar que, no caso de um conflito no mar, o partido mais forte empregue seus meios para obter, se não o domínio completo do mar, pelo menos o *controle de áreas marítimas*, de modo a poder operar com segurança. Nesse caso, ao mais fraco caberá uma postura defensiva, não estando descartadas algumas ações ofensivas.

Um país que dependa do mar pode esperar que seus eventuais inimigos procurem impedir que seu comércio e seu fluxo logístico em apoio a tropas em terra seja feito pelas rotas marítimas. É bom lembrar que, mesmo considerando o grande desenvolvimento da aviação de carga, o mar continua sendo o único meio viável de transporte em alguns casos. As idéias da "jeune école" de ataque ao comércio inimigo (ainda que utilizando outros meios) não devem ser esquecidas.

O desenvolvimento tecnológico, ao permitir a incorporação de novos meios, novas armas e novos sensores à guerra naval, influenciou decisivamente a maneira de operar das forças navais. No entanto, essas mudanças não trouxeram tarefas diferentes daquelas já consagradas. Mesmo o aparecimento da arma nuclear não alterou a estratégia naval: as marinhas do mundo continuaram a colaborar para a dissuasão estratégica, a pretender o *domínio do mar* (ou pelo menos o *controle de áreas marítimas*), a se prepararem para *projetar poder sobre a terra* e a influenciar, com suas presenças, a postura política de outros estados.

A capacidade de incorporar novas tecnologias nos leva a crer que, no futuro, a manutenção de forças navais modernas representará um ônus sempre crescente, exigindo uma real vontade política e disponibilidade de recursos para os Estados que desejarem aprimorar seu poder naval.

A flexibilidade inerente às forças navais, bem como o quadro político atual apontam na direção de uma grande importância a ser dada ao *emprego político do poder naval*. Essa, sem dúvida, será uma tarefa importante, mesmo para nações sem grandes desejos imperialistas mas que ambicionam a conquista ou manutenção de uma liderança regional, como o Brasil.

A tecnologia atual coloca à disposição dos militares uma infinita gama de meios eficientes de comunicações, otimizando a capacidade de comando e controle. Esse fato faz com que a rapidez das decisões seja bastante elevada. A idéia norte-americana de *guerra de manobra*, anteriormente comentada, está dentro desse espírito. Uma futura ação no mar deverá ser rápida, não apenas por causa das condicionantes políticas, mas também pela forma como as forças serão empregadas. Não haverá tempo para a elaboração de demorados planejamentos e a concepção geral de emprego já deve ser amplamente conhecida pelos escalões mais baixos. Com isso, poderá ser possível delegar maior autoridade de modo a acompanhar o *ritmo* das ações.

## SEÇÃO II - O CENÁRIO BRASILEIRO

Relacionar a estratégia naval com o Brasil exigiria que se fizesse um profundo estudo do cenário internacional que serviria de moldura a eventuais empregos do nosso

poder. Um estudo desses, no entanto, foge completamente ao escopo do presente trabalho. Por esse motivo, nos limitaremos a fazer algumas observações que nos parecem evidentes e, portanto, dispensam maiores embasamentos.

Em primeiro lugar, partiremos da premissa de que o Brasil é uma potência regional, com evidentes interesses navais no Atlântico Sul. Essa premissa condiciona as nossas necessidades em termos de poder naval. Por outro lado, temos que considerar a possibilidade de sofrermos crescente oposição das nações mais desenvolvidas, a medida que procurarmos nos projetar no cenário mundial, a partir da nossa base regional, em busca de uma situação que nos seja mais vantajosa. Esses obstáculos em nossa marcha a caminho do primeiro mundo, poderão ter diferentes conotações e o emprego do poder militar para superá-los não deve ser desprezado. Como a nossa pequena capacidade militar nos impede de efetuar operações militares em respaldo aos nossos objetivos nacionais, torna-se necessário dotar o país de um poder militar pelo menos compatível com as nossas aspirações.

O nosso atual nível de desenvolvimento ainda não resolveu graves problemas sociais. Nos próximos anos grande parte da energia da nação estará voltada para assegurar a boa parte da nossa população as benesses do progresso, já alcançadas por parcela reduzida do nosso povo.

O nosso território ainda não está ocupado de forma racional. A nossa "marcha para o oeste" ainda não está concluída e, portanto, possuímos grandes vazios demográficos que, sem sombra de dúvida, se constituem em perigosa

vulnerabilidade. A ocupação desses espaços continuará a drenar boa parcela da energia nacional.

Feitas essas considerações iniciais, seria válido nos lembrarmos dos fatores que condicionaram o desenvolvimento do poder naval britânico, estudados no primeiro capítulo do presente trabalho. Vimos que a Inglaterra, a medida que seu desenvolvimento industrial se acentuava, passou a depender do mar de forma crescente. A tal ponto isso aconteceu, que a própria sobrevivência da nação passou a depender do mar.

Embora o Brasil dependa do mar para realizar boa parte do seu comércio, essa dependência não parece caminhar para que se reproduza a situação da Inglaterra no século passado. Queremos dizer que não há razões para que o mar passe a ter para o Brasil a mesma importância que teve para a Inglaterra.

Se nós nos reportamos ainda aos elementos essenciais do poder naval - como explicitados por Mahan e comentados anteriormente, no capítulo dois - chegaremos à triste conclusão que não temos as características consideradas indispensáveis a uma nação que aspira um poder naval forte. Com efeito, a configuração do nosso litoral não é ideal; nossa população, embora concentrada ao longo do litoral, não possui as características imaginadas por Mahan; as nossas políticas governamentais voltadas para o mar não tem sido persistentes. Se nós aliarmos esses fatos aos problemas estruturais apresentados na seção anterior, formaremos um quadro que não propicia um grande desenvolvimento do nosso poder naval, em futuro próximo. Podemos

apenas esperar que, vencidos alguns dos principais entraves estruturais que freiam o nosso desenvolvimento econômico e social, os brasileiros sintam a necessidade de desenvolver um poder naval compatível com uma nação consciente de sua posição de potência regional que aspira uma maior projeção no cenário internacional.

### SEÇÃO III - A GUERRA A PARTIR DO MAR DENTRO DA REALIDADE BRASILEIRA

A execução de ações militares de vulto a partir do mar, conforme anteriormente comentado, exige a constituição de *Forças Expedicionárias Navais* com capacidade de permanência na área de operações por longo tempo. Vimos na seção anterior, que a fragilidade do nosso poder naval impede a execução de grandes operações navais. No caso específico de *Forças Expedicionárias Navais*, a inexistência de aviação orgânica de asa fixa restringe, de forma inaceitável, nossa capacidade <sup>de</sup> proteção aérea à força no mar e de apoio às tropas em terra; nossos meios de apoio logístico móvel não são suficientes para assegurar uma permanência longa em áreas distantes das nossas bases.

Pelos motivos acima descritos, concluimos pela inviabilidade do Brasil utilizar *Forças Expedicionárias Navais*, dentro do conceito de *guerra a partir do mar*. É claro que, operando no âmbito de forças navais internacionais, podemos compor parte de uma Força Expedicionária Naval, desde que as necessidades aqui apresentadas sejam supridas por eventuais aliados.

A *Guerra de Litoral* parece ser uma forma efetiva de emprego do nosso poder naval, pois nos permite utilizar o

apoio aproximado de nossas bases navais e da aviação baseada em terra. Essas ações teriam que estar inseridas dentro de um contexto estratégico defensivo pois a nossa fraqueza militar, já amplamente debatida, impede a implementação da *Guerra de Litoral* nas proximidades de território hostil. É preciso ainda considerarmos a necessidade de adequarmos nossos meios ao ambiente litorâneo, caso centremos a nossa estratégia naval defensiva em ações típicas de *Guerra de Litoral*.

Vimos que a guerra a partir do mar foi concebida de modo a atender os princípios da Guerra de Manobra, apresentados no capítulo anterior. Embora tenhamos concluído pela nossa incapacidade de fazer a guerra a partir do mar, acreditamos na utilização desses princípios como forma de garantir uma indispensável economia de meios, fator importante no emprego de um poder naval com poucos recursos como o nosso.

1. BELOT, R. de. A guerra aeronaval no Atlântico (1939-1945). Tradução de Leo Fonseca e Silva e Alexandre Matos de Souza Melo. 2. ed. Rio de Janeiro : Record, [19--]. Tradução de : La guerre aéronavale dans l'Atlantique (1939-1945).
2. BELOT, R. de. A guerra aeronaval no Pacífico (1941-1945). Tradução de A. L. Porto e Albuquerque e Mário Rodrigues Barreto. 2. ed. Rio de Janeiro : Record, [19--]. Tradução de : La guerre aéronavale du Pacifique (1941-1945).
3. CORBETT, Julian S. Some principles of maritime strategy. Nova York : Longmans, Green, 1911.
4. DALTON, John H., BOORDA, Jeremy M., MUNDY, Carl E. Forward...from the sea. Marine Corps Gazette. Quântico, VA, v. 78, n. 10, p. 32-35, out. 1994.
5. EARLE, Edward Mead, CRAIG, Gordon A., GILBERT, Felix et al. Makers of modern strategy. 2. ed. Princeton : Princeton University, 1973. capítulos 4, 5, 6, 17 e 20.
6. FREDLAND, J.R., POTTER, E. B., ADAMS, Henry H. et al. The United States and the world sea power. Estados Unidos da América : Prentice-Hall, 1955. capítulos 22-33.
7. MARDER, Arthur J. The anatomy of british sea power. Nova York : Alfred A. Knopf, 1940. capítulos 1-16.
8. O'KEEFE, Sean, KELSO II, Frank B., MUNDY JR, C.E. From the sea. Estados Unidos da América : Department of the Navy, 1992.
9. PIERCE, Terry. Operational maneuver from the sea. Proceedings. Annapolis, MD., v. 120, n. 1098, p. 30-34, ago. 1994.
10. TILL, Geoffrey. Maritime strategy and the nuclear age. 2. ed. Londres : Macmillan, 1984.

